

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS DE CONHECER A FOME A PARTIR DA TRAJETÓRIA SOCIAL DO PROGRAMA FOME ZERO

DOI: 10.12957/synthesis.2023.75896

LIS FURLANI BLANCO*

Resumo: “Podemos falar que a insegurança alimentar grave é um pleonasma para fome?” Essa pergunta é ponto de partida para a construção deste artigo, que busca desenvolver uma análise dos processos de estabilização da categoria de fome ao longo de sua consolidação e instituição enquanto objeto de políticas públicas. Ao ter como lugar de atenção alguns espaços, técnicas e eventos de produção de saber sobre a fome, isto é, espaços em que ela é estabilizada e (trans)formada ao longo da trajetória social do Programa Fome Zero, busco trazer à tona os seguintes questionamentos: o que estamos medindo quando dizemos que medimos a fome ou a insegurança alimentar? Questionar o caráter dito “técnico” na produção desses objetos, desvelar os fatos como feitos, é suficiente para a compreensão de fenômenos mais amplos ligados à governamentalidade? Como essa produção é coordenada na prática das políticas públicas? Para responder a tais questionamentos, tento articular certo recorte da produção bibliográfica antropológica sobre fome com um agrupamento de documentos, práticas e eventos associados à criação e instituição dessa política pública guarda-chuva.

Palavras-chave: Fome Zero; fome; políticas públicas; desnutrição; segurança alimentar.

Notes on the production of knowledge about hunger through the analysis of the social trajectory of the Zero Hunger Program

Abstract: "Can we say that severe food insecurity is a pleonasm for hunger?" This question is the starting point for the construction of this article, which seeks to develop an analysis of the stabilization processes of the category of hunger throughout its consolidation and establishment as a public policies object. By focusing on some spaces, techniques, and events of knowledge production regarding hunger, namely, spaces where it is stabilized and (trans)formed throughout the social trajectory of the Zero Hunger Program, I seek to bring to light the following questions:

* Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas. Professora assistente temporária na Universidade Federal de Goiás. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7677-9725>>. E-mail: lisfblanco@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

What are we measuring when we say we measure hunger or food insecurity? Is questioning the so-called "technical" character in the production of these objects, unveiling the deeds as facts, enough for the understanding of broader phenomena related to governmentality? How is this production coordinated in the practice of public policies? To answer these questions, I intend to articulate a specific perspective of the anthropological literature on hunger with a compilation of documents, practices and events associated with the creation and institution of this public policy. **Keywords:** Zero Hunger; hunger; public policies; undernutrition; food security.

INTRODUÇÃO

"Para aqueles que estão morrendo de fome, a realidade não é fugidia, é algo que existe."
José Saramago

Em outubro de 2016, participei do II Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar (II ENPSAN)¹ como parte da pesquisa de campo para a construção de minha tese de doutoramento², acompanhando os três dias de painéis, mesas redondas, grupos de trabalho e plenárias deliberativas. Durante minha participação no grupo de trabalho sobre "Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional", no qual as nutricionistas, que eram a maioria dos participantes, discutiam, principalmente, os indicadores para medição da insegurança alimentar através de uma perspectiva que associava alimentação à saúde, um questionamento me chamou a atenção.

A professora e pesquisadora Ana Maria Segall-Corrêa, uma das responsáveis pela criação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), terminou sua fala sobre os resultados da escala com uma questão: **seria a insegurança alimentar grave um pleonasma da fome?** A pergunta ficou no ar e pouco ressoou nas discussões seguintes, mas no decorrer do evento e na construção de meu segundo campo (STRATHERN, 1999) tal questionamento, de natureza aparentemente semântica, foi iluminando uma outra possibilidade de se pensar a fome etnograficamente e, mais do que isso, de olhar para os processos de produção de saber sobre essa mazela.

Durante todo o ENPSAN, a palavra fome foi mencionada pouquíssimas vezes, e por algum tempo fiquei em dúvida se não estava buscando fazer uma análise de um objeto que só existia em minhas próprias construções analíticas. Passei a pensar, inspirada pelo questionamento de Ana Segall-Corrêa, se certas mudanças terminológicas podem ser consideradas apenas sinônimos ou pleonasmos de outras palavras ou se essas transformações realmente operam algo em termos de práticas sociais. Dessa forma, a fome enquanto objeto sociológico foi se construindo durante minha pesquisa de campo como um objeto em transformação, e o Programa Fome Zero foi, cada vez mais, ganhando relevância como um lócus para pensar essa mudança, não apenas da ordem terminológica, mas de objeto-alvo de políticas públicas.

É então essa fome, problema social e sociológico, promulgada por certas práticas e, ao mesmo tempo, promulgadora de realidade que será analisada ao longo deste artigo, levando em consideração que, ao fazermos uma pergunta como a apresentada, estamos questionando os saberes tecnopolíticos envolvidos na criação de políticas públicas de combate à fome e buscando entender esses saberes como práticas colocadas em relação.

A proposta de analisar os documentos de criação do Fome Zero, as políticas advindas desses documentos, as redes de pesquisadores, conselhos e grupos de trabalho que avaliam e dão continuidade à criação dessas políticas, chamadas de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como práticas sociais (VIANNA, 2014), através da produção de um "arquivo do Fome Zero", parece indicar um caminho metodológico que dá privilégio a uma análise dos próprios atos de definição do que seria a fome enquanto um problema público, prestando atenção nas distintas formas de conhecê-lo, delimitado e, assim, geri-lo.

Nesse sentido, este artigo se constrói a partir de uma atenção às práticas de conhecimento (STENGERS, 2002) sobre a fome, que se conformam através de um esforço contínuo de diferenciação, conferindo a algumas práticas uma autoridade técnica sobre o assunto, enquanto outras são vistas como apenas "políticas". Em diálogo com Isabelle Stengers (2002), compreendo

que tal política do conhecimento seria constitutiva tanto das práticas científicas quanto das práticas governamentais.

Inserido em minha pesquisa mais ampla de doutorado (BLANCO, 2022), este texto tem como foco a análise de alguns eventos específicos nos quais a categoria fome é formatada, definida e transformada, a partir da relação entre saberes tecnopolíticos. Atento-me assim, para a seguinte pergunta: quais desses objetos são performados³ em um lugar específico e em uma situação particular? (MOL, 2002). Como essa promulgação é coordenada na prática das políticas públicas?

Se como alguns autores, clássicos da antropologia, já apontavam para a possibilidade de entender a comida como um objeto diferente para aqueles que passam fome e para aqueles que têm suas necessidades satisfeitas (RICHARDS, 1932), cabe perguntar como esse objeto é coordenado na construção prática de uma política pública que precisa definir, medir e avaliar para existir e, assim, como diversos saberes tecnopolíticos trabalham nesse processo de coagulação e transformação da fome.

O desenvolvimento dessa reflexão toma dois caminhos. O primeiro explicita quais são as apostas epistemológicas para a compreensão de um tema tão trabalhado na literatura antropológica, tentando mostrar o modo como a discussão aqui proposta se situa em relação aos debates sobre comida e fome, mas também sobre uma etnografia da prática de produção de saber, entendendo o Fome Zero como tal. O segundo busca, através do documento oficial de lançamento do Programa Fome Zero, traçar e estabelecer relação entre diferentes objetos, tais como a desnutrição e a segurança alimentar, que informam e conformam certas definições de fome, tentando descrever a transformação desse objeto, bem como dos saberes tecnopolíticos envolvidos na criação das políticas públicas para seu combate.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E APOSTAS EPISTEMOLÓGICAS

Entrar em campo nunca é uma tarefa muito fácil para os antropólogos. Quando o seu objeto de estudo se insere em um campo que socialmente e historicamente não é de domínio das ciências sociais, a inserção se torna ainda mais complexa, pois não partilhamos de certos saberes-poderes envolvidos na construção e enunciação de alguns objetos. No mestrado (BLANCO, 2015), pesquisar sobre alimentação e nutrição enquanto antropóloga me colocava em uma posição que, desde o início, parecia definir a amplitude de possibilidades dos meus objetos de estudo. A fome, a desnutrição e a insegurança alimentar só eram passíveis de análise pela via das ciências humanas se eu fosse atentar para as causas ou efeitos sociais dessas mazelas ou ainda as representações e interpretações daqueles que as vivenciavam. Por outro lado, em meu próprio campo de saber, o mesmo espanto ocorre quando tento explicitar que o objeto fome é meu foco, em sua multitudine e sua materialidade.

Buscando enfrentar esse desafio, parto aqui da compreensão de que a estabilização de um objeto é em si um processo contínuo, e uma formação discursiva nunca é completa ou terminada (BOWKER; STAR, 2000), para nas próximas páginas lançar luz a alguns processos de estabilização da fome como objeto sob a égide do Fome Zero. Não é meu objetivo criar mais uma ficção persuasiva acerca dessa categoria, mas precisamente compreender esse movimento a partir de suas tecnologias de governo.

Ao conceber o processo de fazer Estado como a definição de “uma maneira de dispor as coisas, isto é, de organizar através de uma busca por estabilidade” (SCOTT, 1998), atento-me para a estabilização da categoria de fome em sua trajetória na consolidação de uma política pública. Tendo em vista que a estabilidade de uma formação discursiva é demonstrada quando elementos que são pragmaticamente arranjados se sistematizam e suas origens discrepantes são submersas, podendo se cristalizar em instituições ou projetos de governo (FOUCAULT [1969] 1997), olhar para esses processos pode nos ajudar a entender a produção da fome e do Estado, bem como de sujeitos em relação.

Nos documentos e nas entrevistas realizadas no âmbito de minha pesquisa, não necessariamente a palavra fome era usada tão persistentemente como eu a uso, sendo performada através de sinônimos ou pleonasmos. No entanto, a fome é o enunciado escolhido para coordenar estratégias de consolidação de certas políticas públicas. Se, de acordo com Lenoir (1998), “a construção da realidade social efetua-se e manifesta-se no próprio plano das palavras” (p. 74), é

possível refletir sobre a produção de um problema social, como o da fome e seu enquadramento no “Paradigma da Segurança Alimentar e Nutricional”, questionando, assim, a necessidade de transformações objetivas, que são da ordem tanto da enunciação como da formulação pública (LENOIR, 1998, p. 84).

Para tanto, é necessário realizar um exercício de questionamento de certas proposições metodológicas clássicas. Como ressaltam Leticia Ferreira e Laura Lowenkron (2014) nas pesquisas de campo realizadas no âmbito ou em torno de organizações e práticas estatais, a escrita e os documentos são tecnologias e artefatos fundamentais. Para as autoras, “documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios ou relações” (LOWENKRON; FERREIRA, 2014, p. 14).

A partir dessas reflexões, foi possível compreender que o modo mais “clássico” de trabalhar os documentos etnograficamente é caracterizado por um “olhar através deles e não tanto para eles” (RILES, 2006; LOWENKRON; FERREIRA, 2014), de modo a produzir narrativas etnográficas sobre cenas, discursos e eventos que não foram presenciados diretamente pelos pesquisadores, mas já lhes chegaram previamente documentados por outros. Nesse caminho, tentei olhar para os documentos que encontrei em minha pesquisa como “actantes”, ou mediadores, “coisas que transformam, traduzem, deslocam e distorcem e modificam o sentido ou os elementos que eles supostamente carregam” (LATOURET, 2005, p. 39, tradução nossa).

Em uma proposição inspirada pela leitura de Ann Laura Stoler (2002), compreendi então que deveria questionar a concepção da atividade com os documentos como um ato mais extrativo do que etnográfico. Passei, assim, a olhar para esse “espaço” como um agente na produção de fatos, de taxonomias e de autoridade estatal (STOLER, 2002, p. 87, tradução nossa). E para isso foi necessário olhar para esses conjuntos de documentos como algo figurativo que nos leva a outros lugares. Através deles seria possível então escavar as “regras das práticas” (*rules of practice* – STOLER, 2002).

O intuito de uma análise etnográfica desses materiais, combinados à análise de discursos e de práticas de governabilidade, é captar a maneira como os termos e conceitos eram utilizados à época de publicação desses documentos. Mais do que preciosismo linguístico, a empreitada se fundamenta na ideia de que, a depender dos conceitos utilizados, práticas de regulação diferenciadas são elaboradas (FOUCAULT, 1990 [1972]). Além do mais, buscar o texto tal qual foi publicado, mas principalmente olhar para os movimentos que recuperam certos discursos e obliteram outros, ajuda-nos a dar complexidade para a premissa de que “os significados políticos da fome não podem ser separados da questão ‘técnica’ de como identificá-la e medi-la” (VERNON, 2007, p. 119, tradução nossa). Se toda classificação é uma exclusão (DOUGLAS, 1976), olhar para a manutenção e transformação de certas categorias pode evidenciar a maneira como critérios de medição e suas transformações podem efetivamente “desaparecer” com certos sujeitos e problemas.

Nesse sentido, a hipótese principal deste artigo é a de que a fome, desde sua superexposição na criação do programa Fome Zero, foi sendo transformada em relação a seus usos regulados e institucionalizados. Tendo em vista que promulgar um objeto é também promulgar normas e padrões (MOL, 2002, p. 123), buscarei aqui entender essas transformações através de eventos específicos que definem certas normas e padrões: as reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município de São Paulo (COMUSAN⁴) e a criação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Com tais perspectivas em mãos, pretendo contribuir com a bibliografia das ciências sociais que tem trabalhado a questão da fome no Brasil. Ao produzirmos um estado da arte dessa bibliografia⁵, podemos afirmar que ela não é tão extensa quanto as dimensões desse problema social. Se circunscrevemos ao contexto brasileiro, é possível encontrar desde os anos 80 algumas pesquisadoras da área das ciências humanas que, principalmente inspiradas pelo trabalho de Josué de Castro, propuseram questionar a fome enquanto objeto passível de ser analisado a partir de apenas duas vertentes: uma condicionada por uma interpretação fisiológica e outra compreendendo-a como resultante de um processo histórico social.

Nancy Scheper-Hughes em sua obra “Death without weeping” (1992), parte da premissa de que os cientistas biomédicos só prestaram atenção na questão da fome no mundo quando esta

atingiu europeus brancos, os quais passaram a sofrer as mesmas condições que há tempos atingiam as populações negras nos recônditos do globo (1989, p.130). Segundo a autora, desde os anos 70 a fome e as práticas alimentares passaram a despertar maior interesse dos antropólogos, divididos principalmente em dois campos interpretativos, o bioecológico e o simbólico. Distanciando-se e contestando pontos de ambos os campos de análise, Scheper-Hughes estudou a fome no Nordeste, concebendo-a como uma força de motivação primária na vida social (1992, p. 35).

Para evitar as armadilhas de ambos os reducionismos, o materialista e o simbólico, eu embaso minha análise da fome no Nordeste a partir de um enquadramento conceitual que propicia o entendimento do corpo como tanto individualmente e coletivamente experienciado, quanto socialmente representado em vários idiomas simbólicos e metafóricos. Além de sua compreensão como objeto de regulamentação, disciplina e controle, através de grandes processos políticos e econômicos. (1992, p. 135, tradução livre).

Em busca de uma resposta para a seguinte pergunta: “O que significa falar da experiência da fome ou ainda dizer que uma população é faminta?” Nancy Scheper-Hughes parte da categoria de *nervos* como um rico esquema conceitual nativo para descrever a relação entre corpo, mente e corpo social, bem como esses são apropriados pela medicina e transformados em outra coisa: uma doença biomédica que aliena a mente do corpo e que, ao mesmo tempo, diz respeito às relações sociais em torno da categoria de doença.

Indo em conjunção com as ideias propostas por Scheper-Hughes, Maria do Carmo Freitas em “A agonia da fome” (2003), compreende a fome como um fenômeno da ordem sociocultural. “A ele são atribuídos significados próprios construídos socialmente dentro de uma determinada ordem prático-simbólica, que se esboça no mundo cotidiano” (FREITAS, 2003, p. 24). A leitura de Freitas propõe que a experiência da fome não se reduz ao conglomerado de sensações físicas, mas sim diz respeito àquelas vividas pelo indivíduo e por outros, numa intersubjetividade de apreensão do mundo, meio às ambiguidades, num nível pré-reflexivo.

Ambas as análises, apesar de questionarem certos campos de saberes legitimados para estudar a fome e propor uma compreensão desta como um fenômeno intersubjetivo, ainda se amparam na oposição entre realidade e representação na construção de conhecimento sobre essa temática. Freitas (2003) associa a ideia de significados ou de uma ordem prático simbólica ao domínio do social, compreendendo este como seu campo legitimado de análise. Scheper-Hughes (1992), por outro lado, busca uma análise da justaposição do idioma nativo (ou folclórico, em uma tradução literal) com o idioma biomédico, entendendo que essa justaposição gera uma ambiguidade a qual em termos práticos contribui para uma medicalização da fome. Entendendo *nervos* como um fenômeno polissêmico, uma explicação para cansaço, fraqueza, irritabilidade e fome, a antropóloga pretende explorar as correspondências entre a categoria de *nervos* e a de fome, sem afirmar que *nervos* pode ser apenas um pleonasma para fome.

A proposta de Scheper-Hughes (1992) caminha em direção a uma concepção da fome enquanto um objeto que é conformado a partir da relação de diversos saberes sobre o fenômeno, mas continua entendendo a linguagem, os conceitos e as palavras não como objetos promulgadores de realidade e sim como interpretações, deixando de lado a potência das categorias e da própria definição de certos fenômenos como uma prática que transforma relações.

A contribuição de uma análise da produção de saberes sobre a fome para a bibliografia já existente sobre o tema diz respeito à compreensão dos discursos enquanto materialidades, concebendo-a em termos construtivos (BUTLER, 1993; 1994), isto é, evocando tanto a solidez quanto a contingência de fatos empíricos, entendendo-os como parte de uma ciência de governo. As consequências que isso coloca para a compreensão da fome e, por conseguinte, para sua conformação em desnutrição e em insegurança alimentar e nutricional, por uma via; para a gestão pública e produção de um problema social a ser governado, por outra; orientam algumas das proposições trabalhadas nas linhas que seguem.

A ESCRITA DA FOME

O Programa Fome Zero é complexo. Tão complexo quanto o inimigo que ele se propõe a derrotar. É composto por medidas emergenciais e por medidas estruturais, permanentes, aquelas que vão resolver em definitivo o problema. **A luta contra a fome é, na verdade, um passo fundamental para a superação da miséria, da pobreza, da falta de oportunidades e da desigualdade social. E é por isso que o Fome Zero é mais, muito mais do que um programa de doação de alimentos. Porque fome é, sim, falta de comida. Mas é também não ter uma alimentação adequada. O Projeto Fome Zero combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar. É um outro tipo de fome. É fome de dignidade, é fome de saúde, é fome de segurança, é fome de autoestima** (Extratos do discurso de lançamento do programa Fome Zero – proferido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 – grifos meus).

Depois de várias horas de reunião explicando para o marqueteiro do Lula e do PT sobre a importância da discussão sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, ele e o resto da equipe decidiram que a “fome” seria uma ideia, ou uma palavra mesmo, mais acessível e capaz de unificar o discurso e as ideias presentes no programa Fome Zero. (Entrevista com um dos idealizadores do PFZ, realizada em 10 de outubro de 2016).

Quando indagado acerca das razões pelas quais a palavra fome se tornou objeto de destaque no próprio título do programa Fome Zero em detrimento do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, o qual era a base conceitual de construção do programa, um dos principais idealizadores do programa me respondeu com a explicação citada acima. Segundo ele, o discurso sobre a fome foi construído como um slogan, que “além de dar sentido simbólico ao programa social, apontava para o malogro das propostas de luta contra pobreza previamente apresentadas” (TOMAZINI; LEITE, 2016, p. 26).

De acordo com Vernon (2007) e Simmons (2008, 2015), a fome enquanto objeto de atenção global, isto é, enquanto um problema moderno, tem uma história recente. Há menos de dois séculos, a fome era vista como um ato divino que acometia aqueles com falta de força de vontade e fibra moral. Com o nascimento da economia política (FOUCAULT [1978] 2008) e a proeminência e consolidação de teorias econômicas como a de Thomas Malthus (1778, 1820) e Joseph Townsend (1786), a fome passou a ser compreendida através de uma perspectiva socioeconômica, que a definia enquanto um “mal necessário”.

Foram as crises de escassez de alimentos do século XVIII e XIX e sua expressão generalizada em um grande contingente da população trabalhadora que trouxeram importantes questionamentos acerca dessa forma de compreender tal fenômeno. A fome se transforma, a partir desse momento, em um problema social que impediria os processos de modernização, e, por isso, precisaria ser conhecida, estudada cientificamente e, assim, governada.

É nesse contexto que a nutrição surge como uma das disciplinas primordiais na produção da fome (SIMMONS, 2008, 2015; TURNER, 1989). Advinda da necessidade de estabelecimento de um mínimo vital que determinasse aqueles acometidos pela mazela da fome, a nutrição, conjuntamente a outros campos de saber, buscou produzir a fome como um problema social que poderia ser resolvido a partir de um cálculo das necessidades humanas básicas. A consolidação dessa ciência dedicada exclusivamente ao estudo da alimentação humana de uma perspectiva biológica – entendendo o corpo enquanto máquina – foi, assim, uma legitimação de seu lugar hegemônico para se falar da fome, instituindo através de sua tecnopolítica uma forma específica de compreender esse fenômeno.

Ao passo que o tema foi se consolidando como um problema público de importância internacional, sua definição passou a ser cada vez mais debatida e disputada, produzindo diferentes formas de compreender essa mazela, tendo em vista que “a maneira que a fome é definida informa a maneira na qual as pessoas passam a compreender a categoria de fome” (KLEIN, 2013, p.16).

Foi, no entanto, com a criação da FAO-ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), no período pós-Segunda Guerra Mundial, que a discussão acerca da segurança e soberania alimentar ganhou saliência na própria definição do que seria a fome, articulando-a em relação a dois principais movimentos: libertação das necessidades e a realização das necessidades básicas para uma vida digna e a ideia de segurança nacional, isto é, o alimento pensado enquanto poderosa arma política de uma nação (TOMAZINI; LEITE, 2016, p. 18).

Durante os anos 70, com as importantes crises de fome que assolaram países inteiros, a noção de alimento e/ou comida passou a ser politizada e discutida de forma rigorosa, ainda que vinculada à noção de oferta de alimentos. Somente nos anos 80 foi possível a produção de uma sedimentação do conceito de segurança alimentar, ao consolidar a concepção, que permanece até a atualidade, a qual incorpora à oferta suficiente de alimentos as noções de regularidade e acesso aos alimentos de qualidade.

A partir de 1983, com a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da ONU, as discussões sobre o estatuto dos direitos humanos geram uma mudança fundamental no paradigma da segurança alimentar no Brasil, tendo efeito direto, bem como uma aplicação singular e local, em uma concepção latina de direitos. Como, de acordo com Klein, “um corpo faminto em oposição a um corpo doente, necessita de alguém ou algo pelo qual este seja responsável, isto é, um corpo faminto existe como uma crítica potente à sociedade que o cria” (KLEIN, 2013, p. 40, tradução livre), o péssimo quadro da fome brasileira movimentou a sociedade civil, cobrando e criando ações para a garantia desse direito básico à população.

No entanto, diferentemente de outros contextos, no Brasil a temática da segurança alimentar, apesar de ampla, estava diretamente associada à insuficiência de renda; havia uma identificação da incapacidade do acesso aos alimentos por parte da população brasileira frente à pobreza e ao desemprego, como uma de suas causas principais, ganhando então, destaque no diagnóstico da situação da insegurança alimentar no país. (YASBEK, 2003, p. 4).

Ao recuperarmos a história do Programa Fome Zero e sua consolidação enquanto principal política social do início dos anos 2000, podemos afirmar que este foi sendo desenhado a partir da inter-relação entre a instituição de um “Paradigma da Segurança Alimentar e Nutricional” com a definição do que seria o direito à alimentação adequada. Por outro lado, a fome, categoria e enunciando, ainda que menos utilizada sob uma perspectiva institucional, continuava sendo um objeto importante, principalmente a partir da perspectiva de Josué de Castro, que a entende como principal razão de nosso subdesenvolvimento e como um problema biológico causados por questões sociais. “Antes da discussão efetuada por Castro, os temas de segurança e escassez alimentar juntamente com a discussão sobre a fome não eram compreendidos a partir de uma perspectiva da escala pública” (KLEIN, 2013, p. 18).

Em sua obra mais conhecida, “Geografia da Fome”, publicada em 1947, o autor afirma:

Um flagelo só é inevitável quando permanece um mistério. Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas não um mistério. Hoje já sabemos em que consistem as necessidades em alimentos. Hoje já sabemos o que é alimentação. (CASTRO, 1957, p. 37).

Nesse sentido, mais do que olhar para a definição de fome apresentada por Castro, parece importante darmos destaque às maneiras de conhecer tal fenômeno, e, assim, os efeitos de governo que suas políticas de conhecimento produzem. Ao olhar para essa prática de dar forma à fome, é possível perceber que ao longo da trajetória do programa Fome Zero foi sendo construída a ideia de que o termo fome “leva a uma interpretação menos precisa e universal do que um de seus principais sinônimos, a desnutrição, a qual parece ser melhor embasada cientificamente” (KLEIN, 2013, p. 12).

É nesse contexto de disputa semântica – técnica e política que se dá a construção do texto final do FZ intitulado “Documento Síntese do Programa Fome Zero: uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil”, o qual é visto aqui como uma via de acesso privilegiada para análise dessa importante política social brasileira.

Esse documento de vinte e sete páginas buscava condensar toda a proposta de política social que iria se iniciar com a eleição de Lula em 2002. Em sua capa, em letras maiores do que o próprio nome do programa, se define o que é apresentado naquelas páginas: “uma proposta de política pública de segurança alimentar para o Brasil”.

Já na apresentação, com o título de “Para acabar com a fome”, Luiz Inácio Lula da Silva traz o resumo do das principais razões da existência da fome no país: “existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 6). Segundo o presidente, “garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura da dominação política” (Ibidem).

Nessa apresentação é possível perceber então que a fome é articulada com no mínimo dois outros conceitos: a segurança alimentar e o direito à alimentação, além de ser definida como a causa da “desagregação social e familiar, de doenças, de desespero e violência”. Mais à frente, os autores indicam o pressuposto do projeto articulando esses três conceitos, dois dos quais daremos especial atenção nesse artigo:

O Projeto Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário e de forma digna a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e manutenção da saúde. [...] O direito à alimentação está inserido no plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O seu reconhecimento implica que o Estado deve garantir acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população através de uma política permanente de Segurança alimentar e nutricional. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 8).

Nota-se nessa afirmação que mais alguns conceitos também são introduzidos na construção da política de combate à fome: as necessidades nutricionais básicas, a manutenção da saúde e a ideia do direito à alimentação como parte dos direitos civis básicos. No entanto, é evidenciado desde o início do texto que de acordo com “o diagnóstico do problema da fome no Brasil neste início do século XXI [...] há uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindustrial no país” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 9), e que

as razões que determinam essa insuficiência de demanda [...] não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, por tanto inseparáveis de modelo vigente. Forma-se [segundo os pressupostos dos criadores do Programa] um verdadeiro círculo vicioso, causador em última instância da fome no país (Ibidem).

É a partir desse diagnóstico que associa a fome a um modelo de desenvolvimento econômico que as políticas específicas do Programa Fome Zero vão se construindo. “Em outras palavras, para garantir a segurança alimentar de toda a população brasileira é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico que leva à exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 10).

Assim, a questão da fome do Brasil é sintetizada explicando suas três dimensões fundamentais:

Primeiro, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos a maioria da classe trabalhadora. Segundo, a incompatibilidade dos preços atuais

dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da população. E a terceira e não menos importante, a exclusão do mercado daquela parcela mais pobre da população (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 10).

Os autores apontam ainda:

para romper esse ciclo perverso da fome, é necessária a intervenção do Estado, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna à suas famílias. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 10).

Se analisarmos, então, o discurso de posse de Lula, apresentado no início deste tópico, em relação com a própria definição do objeto do programa por ele criado, podemos começar a identificar diferentes conceitos que precisam ser formatados para a gestão da fome e estruturação de uma política unificada de segurança alimentar. Parece ser nesse processo de aproximação e transformação semântica que a fome vai sendo produzida como uma prática de conhecimento (STENGERS, 2002).

Nesse sentido, é a partir das próprias fricções nas definições de fome encontradas em campo, que desenvolvo aqui uma análise menos interessada em definir ou em assumir definições apriorísticas de fome e mais preocupada em acompanhar como essa categoria é produzida, sendo mobilizada e mobilizando, em cada uma de suas formas, diferentes atores e instituições. É precisamente o caráter plural da definição da fome, compreendido como a própria razão pela qual o Programa Fome Zero não teve sucesso em seus objetivos, que se tornou o próprio objeto de interesse de minha pesquisa. Afinal, o que a multiplicidade de definições do termo sugere é que, primeiro, apesar da variação de sentidos, a recorrência com que ele é acionado não deixa dúvidas: seu emprego não é aleatório. E que, mais interessante do que definir[-lo] [...] é “observar como o termo é usado e como as suas diferenciações de outras categorias tornam algumas práticas e engajamentos mais ou menos possíveis (BENDER, 2010, p. 5 *apud* TONIOL, 2018).

A FOME COMO PROBLEMA SOCIAL: ARTICULAÇÕES ENTRE DESNUTRIÇÃO E POBREZA

Para desvelarmos o que Foucault ([1969]1997) define como um “complexo de conhecimentos e práticas” em torno do qual a natureza da fome se torna concebível e estabilizada, devemos atentar, precisamente, para os processos de produção “prática” de problemas sociais enquanto problemas de gestão, que se desenvolvem, como nos mostra Butler (1993), a partir de uma constante tentativa de apagamento desses processos sociais que os produzem. A análise dos documentos produzidos no âmbito do FZ nos permite acessar esse movimento de objetificação. Também nos ajuda a compreender como a definição de fatos sociais produz novas verdades ao passo que constitui uma nova realidade social.

O texto-síntese do Projeto Fome Zero, citado anteriormente, parte do pressuposto de que existe uma relação direta entre a pobreza e a fome e afirma que esses problemas eram preocupações centrais nas organizações internacionais, como o Banco Mundial e a FAO, que buscavam reduzir o número de pessoas nessas situações através de ações de “combate à pobreza” ou garantia de “segurança alimentar”. Para essas instituições, “a manutenção da pobreza e dos níveis agudos de fome e, mesmo o seu aumento em alguns continentes, [seria] o grande calcanhar de Aquiles para o ‘sucesso’ do sistema capitalista mundial, na sua versão global” (DEL GROSSI; SILVA; TAKAGI, 2001, p. 2).

A definição do público-alvo do programa parece supor, então, que fome e pobreza podem ser lidas como sinônimos, principalmente porque, segundo os autores do programa, “infelizmente, na ausência de dados diretos, tem-se que considerar as pessoas que não tem renda suficiente para adquirir uma cesta básica como aquelas que ‘passam fome’, ou pelo menos como vulneráveis a isso” (DEL GROSSI; SILVA; TAKAGI, 2001, p. 16).

Contudo, é ressaltado no documento que esse processo de adequação de objetos e métricas para produção de uma metodologia de quantificação da fome no Brasil não torna, assim, os dois conceitos – fome e pobreza – sinônimos. De uma perspectiva técnica, essa associação entre os dois conceitos não seria um grande problema na consolidação da agenda do PFZ, “pois é válido que se considerem pessoas com renda muito baixas como aquelas vulneráveis à situação de fome, ou com consumo alimentar quantitativamente e qualitativamente inadequados. O maior problema está na inadequação dos dados estatísticos para esta aferição” (DEL GROSSI; SILVA; TAKAGI, 2001, p. 16).

No próprio texto, ocorre uma distinção dos conceitos de fome, pobreza e desnutrição, os quais “têm uma forte relação, mas não têm o mesmo significado”: “a fome leva à desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina na deficiência energética, principalmente na população infantil [...], por conta disso considera-se que a desnutrição está mais associada à pobreza do que a fome, devido a carências globais” (MONTEIRO, 1995, p. 196). Tal diferença expressa no discurso do programa também se materializa em eventos de ordem cotidiana, os quais podem ser percebidos ao observarmos a gestão das políticas públicas nos Conselhos de Segurança Alimentar. Uma cena vivenciada no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN) parece explicitar essa conformação.

Foi durante a avaliação de uma política municipal denominada “Leve Leite”, a qual, apesar de não ser de origem federal, é gerida pelos equipamentos de Segurança alimentar e Nutricional criados no âmbito do FZ, que atentei para esse processo. As nutricionistas presentes na reunião do COMUSAN ressaltaram durante a discussão sobre o Leve Leite que

não era mais possível tratar a fome no município como uma situação de epidemia, e que mesmo quando a fome no país era concebida como tal, existe, se tratando de políticas públicas, uma necessidade de utilizar indicadores para avaliação destas, os quais devem ser construídos através de parcerias entre gestores públicos e estudiosas das universidades da região, principalmente da área de saúde pública.

Era defendido pelas conselheiras que essa política não deveria ser renovada para o próximo biênio, pois seria impossível isolar as variáveis que comprovassem que o leite, por si só, estaria contribuindo para uma melhoria na Segurança Alimentar de seus recebedores, crianças de até 16 anos. Não seria possível então, segundo as gestoras públicas, avaliar a importância de tal política, o que fazia com que esta tivesse “um caráter mais ideológico do que técnico”, devendo assim ser interrompida. No entanto, comparando-a com uma outra política que também consiste na distribuição de suplementos alimentares, seu caráter técnico é reivindicado, e sua importância no combate à fome, agora sendo compreendida como sinônimo de desnutrição, é ressaltado. A partir da análise da política de distribuição dos multivitamínicos para crianças menores de dois anos, cadastradas nas redes públicas de educação ou através dos Centros de Assistência Social e das Unidades Básicas de Saúde, as nutricionistas do COMUSAN afirmavam que esse suplemento alimentar havia sido elaborado partindo de pesquisas validadas, as quais tinham como padrão a necessidade básica de nutrientes necessários para o crescimento de uma criança e que, por isso, era cientificamente provado que tal complemento combateria a fome dessa população específica.

Ao passo que o leite do programa municipal não teria como ser avaliado através de instrumentos validados, a distribuição de multivitamínicos, por outro lado, é vista como uma ação eficiente no combate à desnutrição. Todavia, ao consultarmos as regulamentações do Conselho Nacional de Nutrição e do Conselho Nacional de Pediatria (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), encontramos a informação de que é somente através de um exame clínico, o qual envolve o cálculo do índice de massa corpórea (IMC), ou ainda a avaliação de crescimento normal (dentro da média) no caso de crianças e adolescentes, que se pode diagnosticar a desnutrição. Que desnutrição estamos então tratando nesses dois casos? E qual a associação destas com o objeto fome desde a consolidação das políticas de segurança alimentar e nutricional advindas do programa Fome Zero?

Essa separação, aparentemente semântica, gera, no entanto, diferentes formas de gestão de população, e, assim, diferentes maneiras pelas quais as políticas criadas pelo programa podem ser

avaliadas. Tendo em vista que, segundo a agência da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), toda

política pública se origina de um reconhecimento de um problema público, por parte do governo, que traz consigo a mobilização de uma série de recursos políticos e econômicos com o objetivo de satisfazer as necessidades detectadas mediante diversos instrumentos e que esta deve ter ao mesmo 5 etapas chaves: início, elaboração, implantação, avaliação e retroalimentação (FAO, 2013),

Durante a própria criação do Fome Zero, um problema que parecia de nomeação ou ainda de marca e slogan era, na prática, um problema de criação de objeto, reconhecido como um problema público.

Se a desnutrição pode ser definida como uma “condição clínica decorrente de uma deficiência ou excesso, relativo ou absoluto, de um ou mais nutrientes essenciais e seu diagnóstico enquanto condição de saúde, pode ser feito através diversos métodos” (WELLS *et al.*, 2011), desde uma avaliação clínica até uma completa avaliação do estado nutricional do paciente e, de acordo com o Ministério da Saúde, os únicos profissionais capacitados para realização de tal diagnóstico são os nutricionistas e os médicos, para que o projeto Fome Zero fosse implantado, seria necessária uma tentativa de articulação da fome enquanto pobreza e falta de acesso com a fome desnutrição, ainda muito pouco avaliada em termos clínicos.

Para tratar de uma epidemia com bases sociais, como a fome era vista na época do lançamento do Fome Zero, a desnutrição promulgada pelos exames clínicos não fornecia elementos significativos que justificavam as políticas criadas. Além disso, não seria possível encontrar evidências de que certas políticas tiveram influência direta na alteração do quadro da desnutrição no Brasil, não possibilitando assim a análise dessas políticas públicas, prerrogativa para seu desenvolvimento. Quando, no entanto, no texto do Programa Fome Zero, inspirado por Josué de Castro, é ressaltado que a fome é parte de um círculo vicioso, fruto de um modelo de desenvolvimento específico que atinge toda uma população, definida como miserável ou pobre, percebemos que a desnutrição não é então entendida nas políticas de SAN como sinônimo de fome.

As ciências da nutrição e a medicina, como saber legitimado para tratar da saúde de um indivíduo, criam um objeto distinto daquele que é o principal alvo do programa Fome Zero, transportam esse objeto do domínio das ciências sociais e econômicas e de seus instrumentos de medição, almejando colocá-lo no âmbito da medicina. No entanto, aqui tentamos ir um pouco mais fundo nos processos de produção da fome enquanto objeto fisiológico.

Muitos estudos analisam a nutrição como uma importante prática biopolítica (PUGLIESE, 2015), mas se esquecem de olhar para ela como a produção de cálculos econômicos, que não pressupõem, necessariamente, a compreensão da fome como uma doença em si, ainda que esta possa ser produzida como tal. É precisamente esse aspecto da nutrição como um cálculo econômico de estabelecimento dos mínimos vitais, isto é, a definição dos parâmetros da possibilidade da vida humana através de uma tecnopolítica das necessidades dos homens, que vai definindo a fome ao longo da delimitação do público beneficiário do programa Fome Zero.

A “ingestão adequada de calorias” expressa a consolidação de uma discussão de longa data que possibilitou a produção de medidas para o cálculo do que Marx (1985 [1867]) iria chamar de “necessidades básicas naturalmente e historicamente desenvolvidas” (SIMMONS, 2015, p.7). O uso dessa definição pelos autores do texto não me parece ser, assim, aleatório, pois é precisamente através das medidas das necessidades humanas primárias que cientistas, nutricionistas, médicos e economistas articulam o que pode ser entendido como uma política da vida (FASSIN, 2012, p.388).

Não obstante, essa “política da vida” (FASSIN, 2012) no contexto de consolidação do FZ toma uma forma específica, tendo em vista que até o processo de redemocratização brasileiro, no final nos anos 80 e início dos anos 90, a definição de fome no país passava, precisamente, por uma associação direta com a pobreza. Nesse sentido, ainda que os parâmetros nutricionais de medida da fome associados à ingestão adequada de calorias estabelecessem os limites do que seria a

própria fome e sobre os campos de saber que incidiriam sobre ela, o aspecto econômico de manutenção da vida era privilegiado em detrimento de sua definição enquanto um problema clínico.

Assim, os dados de consumo e as medidas antropométricas consideradas como métodos diretos de medida da fome irão, no caso do programa Fome Zero, contribuir, principalmente, para reafirmar a definição desse fenômeno como indo além de seus aspectos nutricionais clínicos, ao mesmo tempo que, em termos técnicos, a ingestão de calorias seja a forma possível de sua medição.

Parece interessante perguntar então que tipo de articulação e coordenação desses objetos tecnopolíticos vistos como *fisiológicos* aconteceu para que eles passassem a ser incorporados no Programa Fome Zero e nas políticas de combate à fome? Como eles são articulados na prática? É nesse momento que a insegurança alimentar se constrói como outra singularidade da fome, a qual consegue, de maneira mais efetiva, organizar os distintos objetos que trabalham em sua promulgação.

A EBIA E A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Os atores envolvidos na criação do FZ tinham como preocupação central compreender de que maneira esse programa de governo elaborado em parceria com a sociedade civil e movimentos sociais, desde a época do Governo Paralelo em 1991, poderia ser incorporado à rotina do Estado (ARANHA, 2010), após a eleição de Lula em 2003.

Como resultado desse esforço de transformação do projeto político em um programa de governo, foi lançada uma “estratégia nacional” para criação, implementação e investimentos de recursos financeiros e humanos em diversos programas e ações que tinham como objetivo a integração para atingir uma meta comum: “zerar a fome e a extrema pobreza no Brasil” (ARANHA, 2010, p. 75).

Segundo o presidente Lula, o combate à fome era uma de suas maiores prioridades, “posto que sua existência em um país que convive com a fartura de alimentos era inaceitável” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 57). A partir dessa premissa, a fome se torna então o principal inimigo a ser combatido pelo novo governo, consolidando o objetivo do programa Fome Zero, expresso nas palavras do próprio presidente: “Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida” (TAKAGI, 2010, p. 57).

No entanto, no processo de definição das políticas advindas desse projeto político mais amplo, a missão de vida de Lula foi se confundindo e até mesmo se opondo às formas de transformação do FZ em uma estratégia de governo. De acordo com os criadores do projeto, a origem do FZ estava associada a duas vertentes que muitas vezes não eram consensuais: a política nacional de Segurança Alimentar, advinda das discussões gestadas no interior do governo paralelo em 1991, e a análise da situação de pobreza e vulnerabilidade que se agravava nos últimos anos (TAKAGI, 2006; BELIK; SILVA, TAKAGI, 2001; DE SOUZA, 2006).

Nesse sentido, para que fosse possível a delimitação dos objetivos do programa e a construção de uma agenda comum, era necessário definir as linhas de ação associadas a cada uma dessas vertentes, tanto em termos conceituais quanto em seu sentido “técnico”, hierarquizando os saberes que incidiriam sobre esse “novo” objeto.

Tendo em vista que a desnutrição com seus métodos de análise e definição não conseguia ser coordenada com uma análise ampla da população, os intelectuais do Fome Zero passaram a buscar um método de investigação que condissesse com a compreensão da fome enquanto decorrência de um modelo econômico específico. Os formuladores do Fome Zero, segundo o próprio documento de sua criação, se baseavam em indicadores de rendimento familiar per capita para definir a população-alvo de seus programas. No entanto, segundo Ana Segall-Corrêa (2007), “estes indicadores de renda, referidos ou não às linhas de pobreza e indigência, forneciam diferentes estimativas desta população, a depender do método usado”.

Partindo das análises “técnicas” realizadas pelos pesquisadores do Programa Fome Zero e dos resultados encontrados na aplicação das diversas metodologias de mensuração da fome e da pobreza no país, chega-se à conclusão de que é necessário produzir um método “útil” para identificar e medir a SAN, principalmente porque, na maior parte dos documentos e relatórios

sobre o problema da fome, “não se define explicitamente tal conceito” (RADIMER *et al.*, 1990, p. 1544).

Em 2003, pesquisadoras da Unicamp começaram a discutir uma alternativa “científica e legitimada” para uma compreensão da fome que emergia agora em associação direta com a Insegurança Alimentar e Nutricional. Era necessário, segundo essas pesquisadoras, criar indicadores diretos e com validade aceitável para medir a segurança alimentar familiar, não dependendo mais de parâmetros associados diretamente à renda. Adaptando dois projetos estadunidenses, que tinham como objetivo criar uma escala psicométrica para medição direta da insegurança alimentar e identificar famílias em situação de fome, mesurando assim não somente o problema da insegurança alimentar, mas identificando os diversos graus de acesso aos alimentos, foi possível produzir a primeira versão da “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)”.

A EBIA é, até o presente momento, o único instrumento validado de medição da Insegurança Alimentar, constituída por “agrupamentos conceituais que permitem estimar as prevalências de Segurança Alimentar e classificar os domicílios em quatro níveis: o de segurança, o de insegurança alimentar leve, modera ou grave” (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2015). Em 2004, a EBIA foi incorporada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), a qual

obtem informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. (IBGE)⁶.

Com essa incorporação da EBIA em um dos principais instrumentos de medição continuada de informações da população brasileira, a fome passou a ser passível de avaliação. No entanto, nesse movimento ela foi sendo enquadrada como Insegurança Alimentar Grave e passa a definir, a partir deste momento, sujeitos que vivem com a falta de comida diária.

Ao ter na EBIA um instrumento para geração de indicadores diretos da medida de Segurança Alimentar, bem como para monitoramento da Insegurança Alimentar, avaliação dos efeitos das políticas públicas setoriais e análise de eventos sociais ou econômicos geradores de impacto no acesso aos alimentos, a formatação da fome associada à pobreza, mas também a níveis de desnutrição passou a ser possível. O que nos faz compreender que na transformação da fome enquanto objeto de conhecimento não é simplesmente a existência material desta que está em jogo, mas também das populações e sujeitos-alvo de sua promulgação.

A EBIA enquanto estabilização e coordenação de “agrupamentos conceituais” se torna, assim, o instrumento para geração de indicadores diretos da medida domiciliar de segurança alimentar, bem como para o “monitoramento da insegurança alimentar, avaliação dos efeitos das políticas públicas setoriais e análise dos eventos sociais ou econômicos geradores de impacto no acesso das populações aos alimentos” (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011, p. 196).

Suas criadoras conseguem nesse processo objetivar a percepção e a experiência como um dado passível de ser contabilizado e, ainda que, em um primeiro momento, antes de sua aplicação na PNAD de 2004, “a escala não fosse considerada adequada para avaliar os processos de implementação das políticas” (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011, p. 196) do Fome Zero, ela teria a “capacidade de contemplar não apenas a mensuração da dificuldade de acesso familiar aos alimentos, mas também as dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar” (Ibidem).

Coordenar a fome, como insegurança alimentar, em relação à dificuldade de acesso aos alimentos por falta de renda, ou situação de pobreza e miséria, bem como a fome enquanto experiência individual, produz assim uma nova forma de compreender tal mazela, que permite sua gestão através das políticas públicas associadas ao Fome Zero. Isso, pois, de acordo com a definição de segurança alimentar adotada pelo programa,

se considera socialmente inaceitável que as pessoas vivam longos períodos sustentadas por cestas básicas, outros tipos de ajuda ou outros

arranjos. Quando se discute segurança alimentar, o que está implícito é que haja condições de vida e condições nutricionais adequadas. (CORRÊA, 2007, p. 144).

Levando a sério a compreensão dos próprios atores envolvidos no movimento de definição da ISAN de que os métodos escolhidos para medir problemas públicos específicos dependem da questão a que tais métodos buscam responder e que, assim, a validade de uma ferramenta de medição é inseparável da finalidade para a qual ela se destina (JONES *et al.*, 2013), parece-me central aqui atentarmos para a formatação da ISAN através de seus indicadores como um processo tecnopolítico. Isso significa entender os instrumentos e mecanismos pelos quais relações de poder são exercidas ao longo desse processo. Ainda que, segundo Januzzi (2019), a EBIA aplicada através da PNAD foi particularmente importante para o desenho, aprimoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento social e, naturalmente, para os resultados expressivos de queda da pobreza, desigualdades e inclusão social, e que tais pesquisas disponibilizaram evidências empíricas que direta ou indiretamente se prestaram a defender a agenda de priorização de políticas de combate à fome e à pobreza de 2002 e 2014, esses indicadores constituem instrumentos mais complexos do que apenas “a expressão dos valores subjacentes às concepções de Estado e da função das políticas públicas” (JANUZZI, 2019, p. 49).

A produção de métricas, indicadores e conceitos, isto é, o processo de tornar problemas sociais legíveis e administráveis do ponto de vista do Estado não só expressa um ideário específico, mas está relacionada ao que Stengers (2002) denomina como política do conhecimento, que constitui tanto as práticas científicas como as práticas governamentais. A construção da SAN como uma categoria técnica, mais objetivada do que a fome, tem como parte constituinte a esterilização das decisões políticas da própria política, o que confere legitimidade ao objeto das políticas públicas produzido pelo Estado. Ou, ainda, uma tentativa de se fazer política nas sombras de um discurso técnico, sustentando “uma incoerência histórica entre as condições prévias que tornam certos conceitos possíveis e os conceitos tornados possíveis apenas em razão dessas condições prévias” (HACKING, 1991).

A partir do estabelecimento do que seria a fome, em direta relação com a categoria institucionalizada de insegurança alimentar e nutricional, ou mais especificamente de insegurança alimentar grave, foi produzida uma sedimentação de um problema público que informa os sujeitos e objetos a ele associados e, nesse processo, certos sujeitos e objetos acabam sendo *efetivamente* deixados de lado, principalmente através da consolidação de novos limites e linhas de corte que definem esse problema público.

REFLEXÕES FINAIS

Levando em consideração que “cada sistema de classificação está ligado a um conjunto articulado de práticas de codificação e que esses sistemas de classificação em geral refletem os motivos conflitantes e contraditórios das situações sociotécnicas que deram origem a eles” (BOWKER; STAR, 2000, p. 64), busquei mostrar neste artigo como a categoria de SAN se constrói, ao longo de alguns eventos da trajetória do PFZ, como um objeto técnico interdisciplinar, o qual tem muitas vezes seus limites e internalidades expostos, produzindo certa instabilidade em sua definição.

De acordo com a bibliografia sobre as políticas públicas de SAN (JONES *et al.*, 2013), a medição apropriada da segurança alimentar é essencial para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento global, bem como para a criação e implantação de diversos programas sociais e políticas públicas. Porém, existiriam inúmeras definições e operacionalizações para esse conceito, que são associadas a processos interdisciplinares e multissetoriais estabelecidos em sua consolidação.

No processo de definição e instituição da categoria de SAN ao longo da trajetória do FZ, é possível perceber que esta foi, em alguns momentos, enquadrada a partir do fenômeno da fome e desnutrição para, posteriormente, se consolidar como uma categoria em si mais objetivada do que o conceito de fome. Para Jones *et al.* (2013, p. 481): “a fome foi por muito tempo conjugada à

ideia de insegurança alimentar porque sua força política e apelo emocional pode ser compreendida como um instrumento potente para trazer muitos à ação”.

No entanto, ainda que a fome possa ser compreendida como uma categoria de mobilização política, grande parte dos gestores públicos e estudiosos dessa temática explicitam a necessidade de definição de cada um dos conceitos a ela associados, ressaltando a premissa de que “a decisão de usar um termo ou outro nas discussões está condicionada ao enquadramento de um determinado argumento e, no caso de suas medidas, à forma como as escalas e métricas são construídas” (JONES *et al.*, 2013, p. 482).

Nesse sentido, podemos concluir que a maneira como a fome é tratada nos diversos espaços criados pelo Fome Zero nos diz muito sobre como essa fome é feita, através de uma série de diferentes práticas, e que a fome pode ser sim um pleonasma para Insegurança Alimentar grave, mas também pode não ser, e é exatamente nessas coordenações e ruídos que objetos, instrumentos, populações, sujeitos de direitos e políticas públicas promulgam realidades e são promulgados por elas. A própria fome e suas tecnicidades mostram que “em seus detalhes mais íntimos não são somente tecnicamente determinadas” (MOL, 2002), isto é, mesmo os saberes técnicos que promulgam a fome dependem de questões sociais, como as praticidades, contingências, poder e tradições.

Josué de Castro, na introdução de sua obra, *Geografia da Fome*, diz:

Não constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual [...] O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho. (1957, p. 20).

Ao compreender, assim como Henare *et al.* (2007, p. 4), que devemos capturar as “coisas encontradas em campo” da maneira que elas mesmas se apresentam, ao invés de assumir que elas significam ou representam outras coisas, me parece que a própria fome, entendida por Josué de Castro como um mal fisiológico fruto de problemas sociais, emerge na análise do programa Fome Zero como um objeto que promulga a realidade a partir de seu próprio ato de definição. Isso porque as formas de conhecê-lo, isto é, os saberes especializados que produzem tal problema, emergem como uma questão econômica e política a ser compreendida a partir de uma nova chave discursiva, são vistos aqui como produto e produtor de realidades.

Lançando luz na transformação das definições de fome ao longo da trajetória social do Programa Fome Zero, fica evidente que há uma incongruência ou “fricção” (TSING, 2005) entre essas definições, as maneiras de medir os distintos objetos promulgados a partir de cada uma delas, bem como os instrumentos necessários e os sujeitos performados nesse processo. Como as análises críticas do programa já apontavam, as diferentes ênfases colocadas em cada uma dessas formulações, a saber, desnutrição, pobreza, ou insegurança alimentar, produzem maneiras discrepantes de solucionar o problema da fome, principalmente porque é um conceito lato que necessita ser preenchido de conteúdo para se tornar um objeto passível de gestão.

Tornou-se evidente então, ao longo da análise aqui proposta, que as diversas formulações sociomateriais e as formas de usar as palavras tornavam possíveis a existência de realidades distintas (FOUCAULT, 1969 *apud* MOL, 2021). Ao chegar à conclusão de que o conhecimento é, sobretudo, a participação em uma realidade (MOL, 2002), foi possível compreender a importância de um olhar atento para os próprios posicionamentos metodológicos que conformam

a análise de tal fenômeno, o que implicava questionar a separação entre os campos de saber que se debruçam sobre esse objeto.

Problematizando assim a afirmação de James Vernon de que a fome nunca foi simplesmente uma condição baseada na realidade material do corpo humano, mas “tem uma história cultural que desmistifica sua forma material aparentemente consistente” (2007, p. 8), tentei compreendê-la aqui através de um exercício metodológico e epistemológico que almeja ir além da busca pela transformação de seus significados.

Como apontam Catarina Morawska e Magda Ribeiro (2018), retomando as discussões propostas por Deleuze e Guatarri, “não devemos colocar a infraestrutura de um lado – a técnica – e de outro lado a superestrutura – a política – sob o risco de não ver como o desejo trabalha a infraestrutura, como a investe, como faz parte dela, como a esse título organiza o poder.” (MORAWSKA; RIBEIRO, 2018, p. 23).

Recuperar a trajetória de transformação da fome institucionalizada nos permite ver de que maneira ela foi sendo assim conformada como um objeto separado em esferas distintas: a da fisiológica, em oposição ao social; a política, em oposição à economia; os direitos, em oposição à necessidade.

Nesse sentido, a maior contribuição que penso trazer a partir de uma reflexibilidade (CUNHA, 2009) da produção da antropologia sobre fome não se localiza na sua produção bibliográfica em si, mas nos questionamentos político-epistemológicos acerca da construção desse objeto, sobre a maneira que o conhecemos, como o descobrimos, como o identificamos, como o enquadrados e o promulgamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, A. V. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. *In: MDS. Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. v. 1, p. 74- 119.
- BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.
- BLANCO, L. F. *Vida Podre: a trajetória de uma classificação*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- _____. *Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero*. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- BOWKER, G. C.; STAR, S. L. *Sorting things out: Classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Routledge: New York & London, 1993.
- _____. Gender as Performance: An Interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*, n. 67, Summer 1994. Disponível em: <<http://www.theory.org.uk/but-int1.htm>>.
- CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CORREA, Ana Maria Segall. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, Aug. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200012&lng=en&nrm=iso>.
- CUNHA, M. C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. *In: CUNHA, M. C. Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DE SOUZA, L. R. *Uma Análise preliminar do Programa Fome Zero como uma política social de desenvolvimento*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13566/1/AnalisePreliminarPrograma.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *Food in the social order*. London: Routledge, 2003.
- EL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. *Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Texto para Discussão - IE/Unicamp, n. 101, jul. 2001.
- ENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- FASSIN, Didier. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida / The meaning of health: the anthropology of political life. In: SAILLANT, Francine; GENEST, Serge. *Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 375-390.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y el Caribe*. Tomo I. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org>>.
- FOUCAULT, Michel [1972]. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1997.
- _____. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977- 1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. Trad. de Eduardo Brandão, rev. por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Maria C. S. *Agonia da Fome*. Salvador/ RJ: Edufba/Fiocruz, 2003.
- HACKING, I. How Should We Do the History of Statistics? In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.) *The Foucault effect: Studies in governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 181.
- HENARE, Amiria *et al.* *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London/New York: Routledge, 2007.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero*. 3. versão. 2001. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc_sintese.pdf>.
- JANNUZZI, P. M. Estatísticas e Políticas Públicas orientadas por evidências no Brasil: caso das Políticas de Desenvolvimento Social nos anos 2000. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 64, n.1, p. 37-54, 2019.
- JONES, A. D.; NGURE, F. M.; PELTO, G.; YOUNG, S. L. *What are we assessing when we measure food security? A compendium and review of current metrics*. *Advances in Nutrition*, v. 4, n. 5, p. 481-505, 2013.
- KEPPLE, Ane W. *O estado da segurança alimentar e nutricional no brasil: um retrato multidimensional*. Relatório 2014. FAO, ONU.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, 187-199, 2011.
- KLEIN, Kate. *Humanitarianism and the Anthropology of Hunger*. Washington University Undergraduate Research Digest, Vol. 8, Issue 1, 2013.
- LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to Actor-network-theory*. New York: Oxford University Press Inc., 2005.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* (Org.). *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.
- LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112, 2014.
- MALTHUS, Thomas R. *Ensaio sobre o Princípio da População*. Lisboa: Europa - América, 1999 [1798].
- _____. *Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Abril Cultural, [1820] 1983.
- MARX, Karl. *O Capital*. Tomo I, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 141.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual de desnutrição em crianças*. 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_desnutricao_crianças.pdf.

- MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- MOL, Annemarie. *Eating in theory*. Durham: Duke University Press, 2021.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.
- MORAWSKA, C.; RIBEIRO, M. S. Apresentação ao dossiê. Notas sobre as intersecções entre Estado, Ciência e Capitalismo: desafios etnográficos em torno da técnica e da política. *R@U*, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 9-24, 2018.
- PORTAL BRASIL. *Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/09/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>>. Publicado em: 16 set. 2014, 12h53.
- PUGLIESE, Gabriel. *História da Dietética: esboço para uma crítica antropológica da razão bioascética*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RADIMER, K. L.; OLSON, C. M.; CAMPBELL, C. C. Development of indicators to assess hunger. *The Journal of nutrition*, v. 120 (suppl. 11), p. 1544-1548, 1990.
- RICHARDS, Audrey [1932]. *Hunger and work in a savage tribe: a functional study of nutrition among the Southern Bantu*. London: Routledge, 2005.
- RILES, A. (Ed.). *Documents. Artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
- SCHAPER-HUGHES, Nancy. *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkley: University of California Press, 1992. 614 p.
- SCOTT, J. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press, 1998.
- SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Leticia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, fev. 2015. ISSN 2316-297X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>>.
- SIMMONS, Dana. *Vital Minimum: Need, Science and Politics in Modern France*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- _____. Famine Disease: Starvation Science from Colonies to Metropole. In: TRENTMANN, Frank; NÜTZENADEL, Alexander (Ed.). *Food and Globalization*. Berg, 2008. p. 173-192.
- STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science* 2, p. 87-109, 2002. DOI: <<https://doi.org/10.1007/BF02435632>>.
- STRATHERN, Marilyn. The Ethnographic Effect I. In: _____. *Property, Substance and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things*. London: The Athlone Press, 1999.
- TAKAGI, M. *A implantação da política brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- TAKAGI, M. Implementation of the Zero Hunger Program in 2003. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DELGROSSI, M.; FRANÇA, C. (Ed.). *The Fome Zero (Zero Hunger) Program: The Brazilian experience*. Brasília: MDA, 2010. p. 55-85. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/en/c/d923c492-8125-5c81-a0c1-b74779f42208/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane K. SILVA, da. Programa Fome Zero e o paradigma de Segurança Alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, jun. 2016.
- TONIOL, Rodrigo. Atas do espírito. *Anuário Antropológico*, v. 42, n. 2, p. 267-299, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.26512/anuarioantropologico.v42i2.2017/7411>>.
- TOWNSEND, J. *A Dissertation on the Poor Laws*. Berkeley: University of California Press, [1786] 1971.
- TURNER, B. *El cuerpo en la sociedad*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

- VERNON, J. *Hunger, a modern history*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.
- VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2014.
- WELLS, R. H. C. *et al.* CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. São Paulo: EDUSP, 2011. Acesso em: 1º maio 2023.
- YASBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Nesse evento, durante a plenária final, foi decidido que a próxima edição iria incorporar, em seu nome, a noção de soberania alimentar. A partir de então o nome do evento passou a ser: Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- ² Este artigo foi escrito antes da finalização e defesa da tese de doutorado intitulada: “Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero” (BLANCO, 2022). Para acessar a tese, defendida e publicada, ver: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1245506>>.
- ³ Annemarie Mol, através de um debate com a teoria da agência e Teoria Ator-Rede (TAR) propõe pensar os objetos para além da clivagem entre ‘objetos que são estudados’ e ‘sujeitos que são atores dessa ação’. Para isso, utiliza o termo em inglês ‘enact’, que busca ir além de uma ideia de criação, e articula a ideia de Goffman que usa linguagens do teatro para pensar os humanos, conjuntamente com o referencial de Judith Butler, para pensar o termo ‘enact’, que propõe romper com a necessidade de um agente humano por trás de todas as ações. Neste texto usarei a tradução ‘promulgar’ e algumas vezes ‘perforar’ como sinônimos de ‘enact’.
- ⁴ O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP), foi instituído pelo Decreto no 42.862, de 13 de fevereiro 2003, e atualizado estruturalmente pelo Decreto no 50.126/08, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à Segurança Alimentar e Nutricional. O COMUSAN-SP é composto por 45 Conselheiros Titulares e 45 suplentes. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/comusan/index.php?p=26221>>.
- ⁵ Dado o escopo do artigo e suas limitações, não desenvolvo aqui uma revisão da bibliografia antropológica existente sobre a temática da fome, mas proponho alguns questionamentos de certas abordagens consolidadas sobre o tema a partir da leitura de duas principais obras sobre a fome no Brasil. Para uma análise mais aprofundada, ver Blanco (2022).
- ⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

Recebido em dezembro de 2021.
Aprovado em março de 2023.